

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA DO CAMPO

Liane dos Santos Rodrigues¹

Aniara Ribeiro Machado²

Resumo:

O presente texto objetiva discutir e analisar conhecimentos a respeito das Políticas Públicas existentes em uma Escola do Campo localizada na região da Campanha Gaúcha, mais especificamente na Vila de São Sebastião no município de Dom Pedrito-RS. Para maior compreensão e entendimento das Políticas Públicas existentes na escola, foram realizadas pesquisas bibliográficas através de consultas em materiais disponibilizados pelos professores do curso de Educação do Campo Licenciatura, arquivos da internet, revistas e livros para a formação da base metodológico-conceitual. Foram utilizadas, também, entrevistas semiestruturada para captar informações através das falas dos sujeitos envolvidos no contexto da comunidade escolar levando em consideração seu contexto social e econômico. Sendo assim, procurei através de uma pesquisa qualitativa identificar se existem e quais são as Políticas Públicas que estão implantadas na escola.

Palavras-chave: Políticas públicas, escola do campo, formação de professores

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA DO CAMPO

¹ Aluno de graduação. liane.lecampo@gmail.com. Autor principal

² Docente. aniaramachado@unipampa.edu.br. Orientador



POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA DO CAMPO: REFLEXÕES A PARTIR DE NARRATIVAS DE SUJEITOS QUE CONSTITUEM O CAMPO

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada junto à comunidade da vila de São Sebastião, situada em Torquato Severo, 2º distrito da cidade de Dom Pedrito, RS, na região da campanha gaúcha.

A pesquisa foi feita no ambiente da Escola Estadual de Ensino Fundamental Risoleta Quadros, que foi fundada em 20 de janeiro de 1929 uma Escola tipicamente do campo, hoje em dia pode-se dizer que esta escola faz parte de um processo de nucleação, pois está situada na zona rural e atende indivíduos do campo, alguns estudavam em escolas municipais que tinham suas sedes em fazendas ou residências de trabalhadores rurais, porém estas foram fechadas e os estudantes remanejados para a escola que está situada em um lugar mais central da comunidade.

Cabe a ressalva de que Nucleação é um processo que tem por objetivo a organização do ensino no meio rural, em escolas-núcleo contrapondo-se a organização em escolas multisseriadas orientação essa que implica em maior apoio técnico e financiamento das escolas de menor tamanho, mas localizadas no seio de cada comunidade (BRASIL, 2007). A nucleação viabiliza-se por meio do uso do transporte escolar e do deslocamento de alunos de suas comunidades para escolas com maior população, onde estes são reunidos em classes de acordo com sua faixa etária.

O processo de nucleação no Brasil foi particularmente forte na década de 90, quando as reformas educacionais na educação básica, induzidas pela LDB 9394/96, priorizaram o Ensino Fundamental com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental, de valorização do Magistério (FUNDEF) e o fortalecimento da Força Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Ao estabelecerem critérios para a transferência de recursos financeiros às escolas públicas do Ensino Fundamental, o processo terminou por resultar no fechamento de várias escolas multisseriadas. Os estudantes das escolas desativadas foram então “nucleados” em centros urbanos e escolas maiores. Indica-se que a política de nucleação contribui para o desenraizamento cultural dos alunos do campo, tanto por deslocá-los para longe de da comunidade de origem, como por oferece um modelo de educação urbano, alheio ao seu cotidiano.

Desse modo, este trabalho foi construído a partir do desenvolvimento do projeto interdisciplinar IV intitulado “contexto Socioeconômico, sociopolítico e socioeducacional” do quarto semestre do curso Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) - Campus Dom Pedrito que tem como foco o desenvolvimento de Políticas Públicas para a educação do campo, perpassando por discussões sobre organização social, desenvolvimento econômico e educação escolar. Para tanto, se teve como objetivo analisar e discutir a implantação de Políticas Públicas para a Educação do campo, desenvolvidas em uma escola do campo da comunidade citada.

2. METODOLOGIA

Para desenvolver este trabalho foi realizada uma pesquisa de forma qualitativa por meio de um estudo de caso, uma vez que eu queria conseguir compreender como funcionam as políticas públicas existentes na escola e na comunidade, ou seja, dentre as possibilidades existentes na comunidade, aprofundei os estudos no caso de uma escola em particular.

O estudo de caso é um método que consiste, geralmente, em uma forma de aprofundar uma unidade individual. Ele serve para responder questionamentos que o pesquisador não tem muito controle sobre o fenômeno estudado (YIN, 2001).

Neste sentido foram realizadas várias visitas a escola para poder analisar com bastante calma quais políticas estão inseridas na escola e quais impactos elas causam no contexto escolar.

O aprofundamento realizado com as visitas levou a delimitar quais sujeitos seriam importantes de serem entrevistados, sendo assim foram realizadas entrevistas com a diretora da escola, com a presidente do conselho de pais e mestres (CPM) da escola e também com pais dos estudantes que moram na comunidade e tem acesso a algumas políticas públicas.

As questões elaboradas para a entrevista/conversa com os sujeitos citados foram sendo construídas à medida que eu aprofundava os conhecimentos acerca das políticas públicas e do contexto da escola Risoleta Quadros.

3. RESULTADOS e DISCUSSÃO

Ao longo desse processo de pesquisa, que começou lá no início do semestre em julho de 2016, ficou claro que as Políticas Públicas, tem grande influência em nosso cotidiano pois, elas estão praticamente em todas as partes e se as classes menos favorecidas necessitarem de educação básica, médico, saneamento básico, habitação, educação profissional, ensino superior, e tantas outras prioridades o Estado oferece, e manipula a situação de uma maneira que leva o povo a acreditar que este lhe presta um favor quando que na verdade é dever do Estado prestar todas essas políticas porém, para a conclusão do relatório é preciso pensar as Políticas Públicas no que tange as Políticas Educacionais como sendo um fator de que se precisa reverter investimentos para combater a exclusão social, principalmente no que diz respeito a Educação do Campo que é direito de todos.

Na escola Risoleta Quadros onde a pesquisa foi realizada, as políticas públicas existem, e chegam de várias maneiras, porém o que ficou claro durante a pesquisa é que as mesmas chegam com atrasos, algumas as vezes além do atraso vem pela metade, porque o governo precisou usar para alguns gastos que não estavam orçados. A política pública do transporte escolar está lá, mas com veículos sucateados que põem em risco muitas vezes a vida das crianças e dos próprios motoristas, uma vez que além dos carros sucateados tem também o fator das estradas em péssimas condições.

Outro problema que salta aos olhos durante às visitas à escola, foi a preocupação da gestora com relação ao despreparo de seus docentes para trabalharem em uma escola do campo, uma vez que a maioria reside na cidade e na opinião dela não tem uma formação voltada para a Educação do Campo. Segundo

kolling et al (1999) a educação parte das vontades e expectativas e projetos dos próprios povos do mundo rural. Daí resultar seu nome “educação do campo” e não mais “no” campo ou “para o campo”. Para tanto que é preciso investir na formação de profissionais que trabalham em escolas do campo, temos que olhar e priorizar essas escolas e pensar uma formação que realmente articule essa vivência que o aluno tem no campo sem tira-lo do campo.

Quanto as conversas que tive com moradores da localidade sobre as políticas públicas que os mesmos têm acesso, o que ficou claro é que para a senhora que faz uso do Bolsa Família, o governo está lhe prestado um grande favor. Quando que na verdade o governo ao beneficiar a família da mesma que tem poucos meios de sobrevivência com os recursos do programa, está injetando o bem mais precioso da sociedade capitalista; a moeda e é com essa que as famílias “beneficiárias” desses programas do governo tem acesso ao consumo, os beneficiários só são selecionados pelo reconhecimento de sua exclusão no processo produtivo. A exclusão social precisa ser analisada e pensada por todos os atores que envolvem a vida da nação. Não ter práticas que visam retirar os excluídos é carregar estigma de que uns podem se alimentar, comer, vestir e ter lazer, enquanto as outras pessoas isto é vedado.

Em relação a senhora que faz uso do PRONAF, a situação é completamente ao contrário da que faz uso do bolsa família, ela usa o programa por ser de fácil acesso e não ter fiscalização, o que fica claro nesta situação é que nesse caso com em outros tantos que devem existir, o beneficiário do programa faz mau uso do programa, pois em muitos casos como este que citei á cima não há fiscalização sobre o uso e o pagamento, que é responsabilidade dos bancos. E na maioria das vezes não há controle para saber se o dinheiro foi utilizado conforme a finalidade contratada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto pode-se dizer que as Políticas Públicas existem e estão aí, e cabe a nós enquanto cidadãos críticos e participativos além de cobrarmos do Estado o que nos é de direito, fazermos uso consciente das políticas públicas. Nesse sentido, entende-se que um meio para garantir esse conhecimento e possibilidade de construção crítica são os cursos de formação de professores, visto que depois serão esses profissionais que estarão atuando diretamente nas escolas do campo.

Com relação a escola, pode-se garantir que esta é uma das Escolas do Campo bem equipada e bem estruturada que se tem notícia, não fosse pelo sistema de ensino que conta com profissionais despreparados para trabalhar com a Educação do Campo poderia se dizer que nossa escola é uma escola modelo. Claro, esse despreparo talvez se deva ao fato de que políticas de incentivo a formação de professores para escolas do campo é algo recente. Os cursos até então existentes em geral não tem essa preocupação (BARAÚNA, 2009).

Os cursos de formação continuada proporcionados por programas e políticas públicas em geral não trabalham com as especificidades das escolas do campo, das demandas que esse espaço possui. Ou seja, não basta existirem as políticas se as mesmas forem utilizadas para garantir formações pontuais com pouca ou nenhuma relação com a realidade que as escolas do campo enfrentam, a exemplo da Nucleação e fechamento das mesmas.

Nesse sentido, entende-se que para melhor compreender as Políticas Públicas se faz necessário a participação ativa da gestão nas decisões das escolas.

A gestão pode ainda colaborar em formações para os professores e comunidade escolar acerca das Políticas Públicas existentes para as escolas do campo.

5. REFERÊNCIAS

BARAÚNA, Rosemeire Silva. Formação de professores e educação do campo: análise de uma proposta de formação superior e repercussões em um município baiano, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/bxgqr/pdf/cunha-9788523209025-09.pdf>

BRASIL. Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo. In: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD. Parecer 27/2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pceb023_07.pdf

KOLLING, E. J. et al. Educação: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2002. (Coleção Por Uma Educação do Campo, 4).

YIN, R. Estudo de caso: planejamento e métodos. Ed.Bookman, 2001.